

SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-RR

Estudo Técnico Preliminar 2/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 08676.001898/2025-69

2. Introdução

O presente estudo tem por objetivo demonstrar a necessidade técnica e a viabilidade econômica da contratação de prestação de serviço especial de engenharia ou arquitetura, para assessorar na fiscalização, acompanhamento, gerenciamento e supervisão referente à construção da Unidade Operacional Água Boa e a da Delegacia.

Informamos que o Documento de Formalização da Demanda: 40/2025 (SEI nº 68755103) cita a necessidade da fiscalização da construção da Unidade Operacional Água Boa e da Delegacia. Entretanto, como houve a necessidade de sobrestamento da obra da UOP Água Boa, conforme Orientação 42 (SEI nº 65688002), fez-se necessário um novo estudo apenas para esta. Sendo assim, este ETP terá como objetivo a fiscalização referente à construção da Unidade Operacional Água Boa e da Delegacia.

3. Descrição da necessidade

3.1. Tendo em vista:

O processo SEI nº 08676.000356/2025-79 - que versa sobre a contratação de empresa para construção da UOP Água Boa com Delegacia; e

A ausência de corpo técnico de engenheiro civis/arquitetos no quadro da Polícia Rodoviária Federal:

3.2. Será necessário, a contratação de empresa(s) de engenharia para a fiscalização da futura obra, de modo a garantir que o projeto seja conduzido de maneira eficaz, segura e dentro dos padrões de qualidade necessários. Abaixo, apresentamos as justificativas técnicas para essa contratação:

- Especialização em fiscalização de obras: Empresas de engenharia especializada em fiscalização de obras possuam experiência específica na supervisão e gerenciamento de projetos de construção. Isso inclui a compreensão das necessidades técnicas e funcionais de instalações de um edifício que comporte as necessidades da PRF.
- Conformidade com normas e regulamentos: A construção de uma unidade operacional que envolve requisitos específicos de conformidade com normas de segurança e de acessibilidade. Uma empresa de engenharia experiente pode garantir que o projeto seja executado em estrita conformidade com essas normas, auxiliando a instituição em cumprir os padrões de atividades operacionais exigidos.
- Gestão de prazos e custos: A fiscalização de uma obra inclui o monitoramento constante de prazos e custos. Uma empresa de engenharia pode ajudar a controlar o cronograma da construção, identificando atrasos potenciais e tomando medidas corretivas oportunamente. Além disso, a fiscalização contribui para evitar desperdícios e desvios orçamentários.
- Controle de qualidade: Garantir a qualidade dos materiais e da execução da obra é fundamental para o sucesso a longo prazo da instituição. A contratada realizará inspeções regulares para avaliar a qualidade dos trabalhos, identificar defeitos e garantir que as correções sejam feitas de acordo com as melhores práticas da engenharia.
- Segurança: A segurança durante a construção é de suma importância para prevenir acidentes e garantir o bem-estar dos trabalhadores e futuros usuários das instalações. A empresa de engenharia pode monitorar e garantir que as práticas de segurança adequadas sejam implementadas e cumpridas, reduzindo os riscos associados à obra.
- Resolução de problemas técnicos: Durante uma obra, podem surgir desafios técnicos inesperados que requerem soluções especializadas. A equipe de engenheiros da empresa de fiscalização estará preparada para identificar esses problemas e propor soluções técnicas adequadas, garantindo que o projeto prossiga sem interrupções significativas.
- Relatórios técnicos e documentação: A empresa de engenharia fornecerá relatórios técnicos detalhados sobre o progresso da obra, a qualidade do trabalho e as ações corretivas tomadas. Esses relatórios são essenciais para a tomada de decisões informadas e para a documentação do histórico da construção, o que pode ser útil em futuras auditorias ou avaliações.

3.3. Em resumo, a contratação de uma empresa de engenharia para a fiscalização da futura obra das Unidade Operacional é um investimento técnico que visa assegurar que a construção seja realizada de acordo com os mais altos padrões de qualidade, segurança e conformidade técnica. Isso é fundamental para a implantação adequada de um local para realização das atividades operacionais da Polícia Rodoviária Federal na região.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Infraestrutura predial-RR	Helder Regis Santos

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. A empresa deverá apresentar certidão de registro/quitação junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, nos quais deverão constar os nomes dos profissionais que responderão como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução nº. 425/98 do CONFEA, artigo 4º, Parágrafo único, ou Resolução nº 17 /2012 do CAU/BR, artigo 1º.

5.2. Os interessados deverão estar com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e/ou com certidões respectivas, ao cadastro nacional de Empresa Inidôneas e Suspensas-CEIS, do Portal da Transparência e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade administrativa disponível no Portal do CNJ (conselho Nacional de Justiça), certidões Negativas de Débitos Trabalhistas (CNDT) e Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal.

5.3. A empresa deverá apresentar Declaração da relação de Equipe Técnica com a identificação dos profissionais solicitados, comprovação de vínculo com a empresa, bem como do registro junto ao CREA ou CAU.

5.4. A empresa deverá apresentar Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características ao objeto, devendo a mesma ser feita com a apresentação de Certidões de Acervo Técnico por execução de serviços com características semelhantes ao objeto deste instrumento, devidamente expedidas pelo CREA e/ou CAU, em favor do(s) profissional(is) que compõem o quadro técnico da empresa.

5.5. Ao final de cada projeto, a empresa contratada deverá encaminhar junto ao projeto as built e Termo de Cessão de Uso dos Direitos de Propriedade Intelectual.

5.6. É obrigação da contratada disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como os demais materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação.

5.7. A empresa contratada é responsável por dirimir dúvidas após a vigência do contrato, sendo a mesma responsável pela qualidade do Projeto e submetendo ao Código Civil Brasileiro.

5.8. Os interessados deverão possuir habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica.

5.9. Os interessados deverão estar inscritos no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), com exceção das empresas tratadas pela Lei nº 13.267 de 6 de abril de 2016.

5.10. Os interessados deverão emitir declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

5.11. Adotar na execução dos serviços, no que couber, o previsto na Instrução Normativa nº 1 de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5.12. Declaração da licitante de que serão utilizados apenas softwares legalizados para fiscalização, conforme modelo Anexo do termo de referência:

- Não são admissíveis licenças para estudantes, versão "trial", de testes ou de demonstração ou qualquer outro tipo de licença que não seja apropriada para uso comercial;
- Não são admitidas utilização de softwares sem licença formal (softwares "piratas"). A utilização de softwares ilegais, "piratas" ou de uso não comercial, enseja a rescisão imediata do contrato e aplicação de sanções administrativas e penais cabíveis conforme lei 9.609/1998;
- Sempre que solicitado pela Fiscalização a Contratada deverá apresentar as licenças de softwares com validade vigente para a data da solicitação;
- As obrigações e exigências deste item estendem-se para eventuais empresas ou profissionais subcontratados, sendo responsabilidade da Contratada a verificação contínua destas e apresentação das licenças dos softwares das subcontratadas;
- Softwares com licença temporária, anual, mensal, ou outra condição de temporalidade, devem ter sua validade iniciando no máximo em 15 dias após a emissão da Ordem de Início de Serviço até a data de conclusão do contrato, ou data de dispensa da utilização daquele software específico.

5.13. A Contratada deverá observar e implementar os requisitos de segurança de acordo com as normas e especificações constantes no Termo de Referência; as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial as NBR's; as disposições legais da União; as disposições emanadas pelo Governo local; e principalmente as normas do Corpo de Bombeiros Militar local pertinentes ao tema; as prescrições e recomendações dos fabricantes; as normas internacionais aplicadas, em caso de falta de normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

5.14. Fica vedado a participação de cooperativas tendo em vista que o objeto a ser licitado envolve o exercício de atividade que demanda a existência de vínculos de emprego/subordinação desses profissionais com a pessoa jurídica contratada (Art. 5º Lei nº 12.690 /2012).

5.15. Não haverá disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

5.16. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço. Recomenda-se o emprego de profissionais residentes próximos à localidade das obras, no entanto, caso a licitante opte por trazer profissionais de outras localidades, deverá atentar-se para o fato de que todas as despesas com deslocamentos e/ou hospedagens deverão estar abrangidas por suas propostas.

5.17. A exigência de que a contratada possua ou instale estrutura administrativa no município de Boa Vista-RR fundamenta-se na natureza do serviço técnico especializado, que demanda execução presencial e diária, tornando inviável a prestação dos serviços de forma remota ou descontínua. Sob a ótica do princípio da economicidade e em conformidade com o Acórdão nº 1176/2021-TCU-Plenário, a manutenção de uma base local apresenta-se como a alternativa menos onerosa para a Administração, visto que o custo logístico de deslocamentos frequentes e passagens aéreas para a região Norte — historicamente elevados — superaria significativamente os custos de manutenção de um escritório local, evitando o repasse desses gastos extraordinários ao preço global da proposta. Além disso, a presença de uma estrutura administrativa próxima à obra, complementando o escritório de campo já previsto para a fiscalização, assegura a prontidão no atendimento de intercorrências, facilita a gestão imediata de pessoal e garante a eficiência operacional necessária para o cumprimento do cronograma, mitigando riscos de atrasos por falhas logísticas que comprometeriam a execução contratual.

5.18. A contratada deverá manter a equipe técnica mínima prevista no Caderno de Encargos, devidamente uniformizada e identificada. É obrigatório o cumprimento rigoroso das Normas Regulamentadoras NR-18 (Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção) e NR-35 (Trabalho em Altura), sob pena de sanções contratuais. A mobilização total da equipe e equipamentos deverá ocorrer conforme prazos estabelecidos no Caderno de Encargos após a emissão da Ordem de Serviço.

5.19. As obrigações da Contratada e Contratante estarão previstas no Termo de Referência.

6. Enquadramento do Objeto

6.1. Os serviços de fiscalização supervisão e gerenciamento de obras, conforme o art. 6º, inciso XVIII, da Lei 14.133/21, são classificados como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

6.2. Do Acórdão 1123/2025 – Plenário, temos:

18. Para melhor compreensão do tema, reproduzo excerto do Acórdão 323/2025-TCU-Plenário, de minha relatoria, que, à semelhança do presente caso, também tratou de contratação de serviços de engenharia para elaboração de projetos de arquitetura e engenharia:

Conforme mencionado pela unidade especializada, recentemente esta Corte de Contas apreciou caso semelhante - concorrência destinada à contratação de empresa para elaboração de planejamento, ensaios, **projetos executivos de engenharia** e de arquitetura para construção de campus universitário - por meio do Acórdão 2381/2024-TCU-Plenário, relatado pelo Ministro Augusto Sherman e fundamentado na declaração de voto do Ministro Benjamin Zymler, ocasião em que o Tribunal adotou o **entendimento** de que os serviços listados no art. 6º, inc. XVIII, da Lei 14.133/2021, devem ser considerados serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual, não cabendo ao administrador classificá-los de forma diferente. O Ministro Jhonatan de Jesus, no voto condutor do Acórdão 2619/2024-TCU-Plenário, onde se examinava a contratação de projeto executivo de reforma de edificação, resumiu, da seguinte forma, o entendimento firmado pela Corte de Contas:

"a Lei 14.133/2021 **impõe** o uso de "melhor técnica" ou "técnica e preço" como critério de julgamento para determinados serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual - rol de serviços que expressamente inclui estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos - quando o valor da contratação exceder R\$ 359.436,08;

o conteúdo do art. 37, § 2º, deve prevalecer sobre o do art. 36, § 1º, da referida lei por se tratar de regra específica expressamente relacionada aos objetos listados no seu art. 6º, XVIII, alíneas "a", "d" e "h" (a primeira alínea se relaciona a estudos técnicos e projetos básico e executivo);

a vontade do legislador demonstrada durante a criação da lei foi realmente no sentido de restringir a discricionariedade do gestor na escolha do critério de julgamento para a contratação dos aludidos tipos de serviço, haja vista que o Congresso Nacional chegou a derrubar veto presidencial favorável à concessão de maior margem de discricionariedade; o entendimento do legislador foi de que tais serviços possuem, em regra e presumidamente, nível de complexidade suficiente para demandar a **avaliação da técnica** na etapa de julgamento das propostas dos licitantes" (grifos do original);

19. Resta claro e evidente que, conforme estabelecido na legislação e na jurisprudência deste Tribunal, os serviços listados no art. 6º, inciso XVIII, da Lei 14.133/2021, são considerados serviços técnicos de natureza predominantemente intelectual, não cabendo ao administrador classificá-los de forma diferente.

6.3. Precedentes citados: Acórdãos nº 2079/2007, 2471/2008 e 1039/2010, todos do Plenário.

6.4. Do Parecer nº 051/2019/DECOR/CGU/AGU temos a seguinte colocação: "Obviamente, nem todo serviço de engenharia pode ser enquadrado como comum. Outrossim, parece equivocada a afirmativa diametralmente oposta de que nenhum serviço de engenharia possa ser assim enquadrado. A prática demonstra evidente que existem serviços de engenharia que podem ser caracterizados como "comuns", pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, sendo reconhecidos como cotidianos pelos profissionais da área de engenharia.

6.5. Os serviços de engenharia pretendidos pela Polícia Rodoviária Federal são fornecidos por uma ampla quantidade de empresas do mercado, e estão objetivamente definidos neste instrumento e seus anexos, por meio de especificações usuais de mercado, visando não gerar dúvidas aos licitantes.

6.6.. Existem várias empresas aptas a fornecer objeto e o fato deste ser rotineiramente licitado pelo Poder Público, também servem de parâmetro para reforçar o conceito de "serviços comuns".

6.7. A contratação não é continuada. Trata-se de contratação por escopo que deverá acompanhar a execução da obra do início ao fim (inclusive comissionamento e recebimentos).

6.8. Conforme a Portaria ME nº 7.828, de 2022, a atividade prevista na presente contratação não se enquadra nas atividades de custeio, para fins do disposto no Decreto nº 10.193, de 2019.

7. Levantamento de Mercado

7.1. A idealização de Unidades Operacionais na PRF é objeto de estudo pelo departamento há muitos anos. Assim, há o desejo em otimizar as construções, com o melhor layout para as atividades operacionais a serem desenvolvidas, mas também existe a necessidade de as obras serem entregues dentro do prazo e com o mínimo de aditivos possíveis. Para tanto, o departamento vem desenvolvendo projetos modelos para serem replicados na maioria das regionais. Assim, esses projetos já foram implantados e construídos em outras regionais. Com isso, foi possível atualizar as planilhas orçamentárias, para minimizar os erros em futuras contratações e também fazer adequações no layout conforme a adequação do uso dessas instalações.

7.2. Como a Unidade Operacional que fica nas proximidades de Boa Vista/RR possui as mesmas necessidades operacionais das outras unidades da PRF, foi utilizado o projeto modelo mais recente disponibilizado pelo departamento - com a devida compatibilização de fundação, locação e instalações externas.

7.3. Apesar de serem estimativas de tempos, observa-se que estes são suficientes para tal demanda em função das experiências anteriores com empresas de fiscalização de obras.

7.4. Além disso, os serviços de fiscalização e acompanhamento de obras não contemplam altos investimentos com materiais e mão de obra, visto que estes serão atribuição da empresa executora, e não da fiscalizadora.

7.5. Caberá à empresa fiscalizadora manter equipe especializada em obra com o intuito de acompanhar os trabalhos que serão executados pela equipe de execução da obra. Dessa forma, o baixo investimento permite a participação de várias empresas neste processo licitatório.

7.6. Considerando que PRF não possui, em seu quadro de servidores, engenheiros e/ou arquitetos para atender às necessidades de gerenciamento e acompanhamento de obras, e nem pedreiros, carpinteiros, serventes, bombeiro hidráulico, entre outros. Também não possui departamento específico para execução de serviços ou obras de engenharia, é necessário que seja realizada uma contratação de empresa capacitada para atender tal demanda.

7.7. Considerando que a indústria da construção civil é um dos que movimenta o país e é de suma importância para o crescimento e desenvolvimento local, há uma diversidade de empresas que podem prestar tal serviço, inclusive empresas de outros estados.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. A solução é o acompanhamento e fiscalização da obra de construção Unidade Operacional na região Norte do Estado de Roraima da Polícia Rodoviária Federal.

8.2. A contratação abrange a prestação do serviço de assessoria técnica e acompanhamento da execução de obra para que a Contratante consiga garantir com razoável grau de certeza, qualidade e quantidade de serviços executados pela Construtora fiscalizada, bem como, tenha a seu dispor pessoal tecnicamente habilitado para antever problemas que possam ocorrer na obra, fornecendo as opções técnicas e economicamente viáveis para a solução de tais problemas.

8.3. Para efeitos deste identifica-se como:

- Contratante: a Administração pública, neste caso a Polícia Rodoviária Federal;
- Contratada: a empresa de assessoria técnica e acompanhamento da obra;
- Construtora: a empresa executora das obras;
- Fiscalização: O fiscal de contrato, ou equipe de fiscalização do contrato, pertencentes ao quadro de servidores da Administração nomeados por esta através de portaria específica.

8.4. O acompanhamento e fiscalização dos serviços da Construtora pela Contratada deverá ser contínuo e por meio da elaboração de relatórios;

8.5. Elaborar relatórios de acompanhamentos, semanais, mensais e medições. Tais relatórios não impedem a confecção de peças extraordinárias para situações que fujam completamente da normalidade na qualidade ou prazo na execução dos serviços. Tais relatórios conterão informações relevantes para que a Contratante disponha sempre do máximo de informação possível para as tomadas de decisão e deverão trazer o conteúdo mínimo abaixo:

- Elementos identificadores da obra (nome, BR, km, tipo de obra, etc.), data de emissão da ordem de serviço inicial da obra, data do relatório, número de dias transcorridos entre a data da ordem de serviço e a data do relatório.

- Relato de fatos e/ou eventos relevantes.
- Problemas identificados ou prevenidos pela Contratada durante a execução da obra, bem como as devidas soluções aplicadas - quando for o caso.

Em específico:

8.5.1. Relatório Diário (RD):

- Condições do tempo (ex: tempo bom, se não houver chovido no dia; tempo chuvoso sem prejuízo aos trabalhos desenvolvidos; tempo chuvoso com necessidade de realocação das equipes para atividades não-impactadas pela chuva; tempo chuvoso sem condições de execução em nenhuma das frentes de trabalho abertas, etc). A ideia aqui é comprovar, quando for o caso, a impossibilidade parcial ou total dos serviços em determinado (s) dia(s).
- Frentes de trabalho empregadas durante a semana, com registro fotográfico, com a indicação nominal e respectiva função de todos os colaboradores - inclusive equipe administrativa e terceirizados.
- Relação nominal da equipe administrativa da construtora atuante no canteiro de obra
- Descrição dos nomes, potências e quantidades de equipamentos (elétricos, a gasolina, a ar comprimido, etc) empregados durante o dia de trabalho.
- Serviços subcontratados, indicando o nome do fornecedor, o serviço desenvolvido e o número de empregados deste fornecedor que atuaram na obra neste dia;
- Relato de fatos e/ou eventos relevantes ocorridos durante a semana;
- Relato de atrasos na execução dos serviços com a indicação dos motivos de atraso (situação adversa, falta de pessoal, falta de material, falta de equipamentos e ferramentas, baixa produtividade da mão de obra, incapacidade técnica ou operacional da equipe, outros fatores).

8.5.2. Relatório Mensal (RM):

- Apresentar o percentual de execução no período de todas as frentes de trabalho que já estavam abertas em períodos anteriores;
- Indicar o percentual de execução acumulada anterior e o percentual de execução no período;
- Realizar análise e emitir um parecer prévio sobre o Boletim de Medição elaborado e apresentado pela construtora que será a base das medições mensais;
- Histograma de mão de obra;
- Imagens da evolução do serviço mensal;
- Informar os resultados e análise dos ensaios e testes realizados no período;
- Informar sobre a entrega do AS Built:
 - Descrição das alterações de projeto efetuadas;
 - Apresentação dos motivos que ensejaram as modificações;
 - Identificação de quem aprovou as modificações;
 - Planta da alteração;
 - Fotos em ângulos e quantidade suficiente para a perfeita identificação da modificação;
 - Modelagem 3D (no caso de existência de projetos em BIM);
 - Modelagem em 3D das alterações geométricas efetuadas, na cópia do modelo federado destinada ao As Built, fornecida pela Contratante em IFC 2x3 e IFC 4;
- Apresentar indicadores de desempenho e de qualidade da obra;
- Apresentar histograma físico-financeiro.

8.5.3. Boletim de Medição (BM):

- Planilha sintética de medição;
- Memória de cálculo da medição aprovada;
- Análise dos itens medidos;
- Análise do andamento da obra, com o índice (tendência) de prazo da obra;
- Aferição do Instrumento de Medição de Resultado ou Relatório de aferição do Nível de Qualidade de Serviços;
- Avaliação das ocorrências relevantes identificadas no período correspondente a medição.

8.7. A contratada será responsável pelos ensaios laboratoriais necessários a comprovação da conformidade da obra.

8.7.1. Os ensaios previstos durante a execução da obra e em momentos oportunos são:

- Ensaios de abatimento de tronco de cone do concreto fresco;
- Ensaios de resistência de concreto em corpos de prova;
- Teste de pressão e estanqueidade de tubulações hidráulicas antes da execução de revestimento;
- Ensaios da camada asfáltica e/ou de pavimento rígido e/ou poliédrico, com verificação de espessura de camadas, composição e resistência;

8.7.2. Na fase de comissionamento e de recebimento da obra:

- Aerolevantamento;
- Levantamento topográfico e planialtimétrico cadastral;
- Teste hidrostático de rede de água;
- Teste dos equipamentos frigorígenos;
- Teste físico-químico da água dos reservatórios;

- Teste e ensaio do SPDA e medição da resistência de aterramento;
- Verificação da atuação de dispositivos a corrente diferencial-residual;
- Certificação da rede de lógica;
- Teste térmico dos quadros elétricos sob carga;
- Escaneamento 3D (ao final da obra);
- Relatórios de recebimentos provisório e definitivo da obra.

8.8. Para garantir o devido acompanhamento e fiscalização da obra, é necessário que a Contratada mantenha um quadro de profissionais no canteiro de obras, seguindo os seguintes requisitos mínimos:

8.8.1. 01 (um) engenheiro civil, com uma jornada semanal que atenda às necessidades da obra;

8.8.2. 01 (um) engenheiro eletricista - nos serviços de atribuições específicas para o profissional;

8.8.3. 01 (um) técnico em edificações, com uma jornada de trabalho compatível com as exigências da obra.

8.9. A Contratada não deverá permitir a execução de novos serviços que impeçam ou dificultem a fiel identificação das peças, caminho percorrido, medidas e materiais empregados.

8.10. Sempre que houver divergência de opinião técnica entre a Contratada e a Construtora, sobre técnica construtiva, sequência das atividades, divergências na documentação técnica ou qualquer atividade que possa comprometer o prazo de entrega ou a qualidade da obra, tais fatos deverão constar no relatório diário do dia em que a divergência ocorrer, bem como indicação clara, objetiva e expressa sobre a necessidade ou não da suspensão da atividade e para qual frente de trabalho a(s) equipe(s) operacional (is) foi(ram) direcionada (s);

8.11. A contratação do serviço será por meio de Concorrência na forma de empreitada preço unitário do ITEM com julgamento de Técnica e Preço . A aferição do serviço será feita pelas entregas dos produtos previstos na planilha orçamentária anexo do termo de referência.

8.12. A contratada irá acompanhar os serviços, atestar sua conformidade com as normas vigentes e embargar qualquer serviço que não esteja em conformidade com o projeto e normas.

8.13. Todos esses serviços visam a profissionalização, modernização e economia de manutenção, uma vez que estamos buscando obras de melhor qualidade maior durabilidade, por isto a necessidade de se ter uma boa equipe de fiscalização para garantir a correta execução do que foi projetado.

8.14. A equipe de profissionais deverá executar os seguintes serviços básicos:

- Fiscalizar e supervisionar os serviços da obra;
- Realizar teste e ensaios dos serviços;
- Elaborar relatórios e boletins de medições;
- Realizar o comissionamento da obra;
- Realizar e apoiar os recebimentos da obra.

8.15. A execução dos serviços basear-se-á na elaboração de Relatórios Mensais de Atividade (RMA), contendo memórias de cálculo detalhadas e registros fotográficos.

8.16. Como requisito de qualidade, a supervisão utilizará metodologia BIM, com entregas de arquivos em formatos IFC 2x3 e IFC 4. Além disso, as medições de volumes e acompanhamento de evolução da obra serão validadas por levantamentos aerofotogramétricos (Drones) com precisão de GSD (Ground Sample Distance) de no máximo 3cm/pixel, garantindo acurácia métrica superior aos métodos convencionais.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. Será contratada empresa de engenharia para acompanhar e fiscalizar as obras de Construção de uma Unidade Operacional na região Norte do Estado de Roraima, de acordo com as condições e exigências contidas neste instrumento, conforme especificações técnicas, Memorial Descritivo, Planilha de Custos e Formação de Preços, Projeto executivo e demais documentos anexados ao Termo de Referência;

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 478.649,01

10.1. Considerando a experiência do Departamento em contratação de fiscalização de obras, estima-se que a fiscalização e assessoramento fique em até 10% do valor da obra. Entretanto, baseado nos cálculos preliminares da planilha orçamentária, chegou-se ao valor de R\$ 478.649,01, considerando que a obra está estimada em R\$ 6.456.357,57, o valor ficou de aproximadamente 7% do valor da obra.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. Frisa-se aqui o que já fora relatado na item 2. Introdução:

11.1.1. O Documento de Formalização de Demanda 13/2025 (SEI nº 64695350) arrolou a necessidade de contratação de empresa para fiscalização da UOP Água Boa e da UOP Uraricoera. Todavia, conforme Orientação 42 (SEI nº 65688002), houve a separação da licitação referente à construção da Unidade Água Boa da UOP de Uraricoera. Agora que já está sendo licitado a UOP Água Boa, será feito o estudo para contratação da fiscalização.

11.1.3. Desta forma, pode haver dúvidas quanto ao parcelamento do presente objeto - que, no início, fora pensado para ser parcelado, dada a existência de duas obras simultâneas. Contudo, conforme explicitado, UOP Água Boa e a Delegacia foi realizado a licitações diferentes. Não sendo necessário mais o parcelamento.

11.2. Agora, considerando apenas a contratação da fiscalização, supervisão e gerenciamento da UOP Água Boa e Delegacia, será realizado em uma única contratação, pois:

11.2.1. Realizar o parcelamento comprometeria a qualidade da prestação do serviço, dificuldade de apuração de possíveis descumprimentos contratuais e de responsabilidades;

11.2.2. A contratação de empresa para fiscalizar cada obra/item, permitirá melhor acompanhamento, bem como futuras responsabilizações.

11.2.3. Com a exigência do controle da qualidade e de pessoal, o parcelamento excessivo poderá dificultar o trabalho da equipe de fiscalização, pois serão várias empresas onde o fiscal terá vários contratos para gerenciar, com vários responsáveis técnicos. Como está prevista a permanência parcial do referido responsável teríamos tantos profissionais quanto for o parcelamento pelo tempo necessário à execução do serviço que além de onerar os serviços, como o canteiro de obras, pode prejudicar o controle e a qualidade dos mesmos. Desta forma, uma quantidade excessiva de profissionais pode prejudicar o andamento dos serviços, principalmente quando ocorrer alguma divergência entre as empresas e a equipe de fiscalização, a qual deverá tomar alguma decisão técnica, sem a certeza da culpabilidade, para o bom andamento dos serviços e cumprimento do cronograma;

11.2.4. Caso haja necessidade de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da má execução ou dos materiais utilizados, a identificação do responsável poderá ter consequências em outras empresas, que poderão alegar prejuízos, comprometer o andamento dos serviços e trazer transtornos à Administração Pública;

11.2.5. A garantia dos serviços poderá ser comprometida uma vez que várias empresas prestando serviços nos quais o início de um depende do ritmo e andamento do outro, vários serão os responsáveis os quais objetivando se eximir das responsabilidades poderão alegar a culpa e/ou prejuízo na empresa A e/ou empresa B, ficando a Administração Pública refém de uma situação que poderá ser discutida nos tribunais, inviabilizando a execução dos serviços;

11.2.6. Trazemos aqui perguntas e respostas sugestivas do TCU quanto a viabilidade do parcelamento. Texto extraído do link: <http://www.tcu.gov.br/arquivosrca/001.003.009.036.htm>. É tecnicamente viável dividir a solução? Não. Os itens estão bem definidos em planilha de formação de custo e individualizados e correlacionados. É economicamente viável dividir a solução? Não. Os itens estão bem definidos em planilha de formação de custo e precisa de subordinação e responsabilidade técnica. Não há perda de escala ao dividir a solução? Sim. O parcelamento trará risco de não haver empresas interessadas na prestação do serviço como um todo.

11.3. Optou-se pela contratação separada (parcelamento vertical) para garantir a independência ética e técnica da fiscalização. Conforme diretrizes do Caderno de Encargos, a empresa de supervisão não poderá possuir qualquer vínculo com a construtora executora da obra, evitando conflitos de interesse e assegurando que a fiscalização atue estritamente em defesa do interesse público e da qualidade da edificação da PRF.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. A contratação correlata: Processo SEI nº 08676.000356/2025-79.

12.2. Há contratações similares para acompanhamento de obras de Unidade Operacionais da PRF que seguiram a mesma metodologia, com resultados positivos.

12.4.1. Processo 08650.017976/2022-92 - Trata de contratação de empresa de fiscalização para diversas localidades, onde houve participantes para todos os itens licitados.

12.4.2. Processo 08676.002701/2023-47 - Trata de contratação de empresa de fiscalização para a UOP Rorainópolis.

12.4.3. Processo 08676.000612/2025-28 - Trata de contratação de empresa de fiscalização para a UOP Uraricoera - que foi sobrestado.

12.3. A administração deverá providenciar os contratos de fornecimento de energia elétrica, internet, limpeza e realizar a aquisição de mobiliário.

12.4. Previamente ao início dos serviços, a futura contratada deverá apresentar o Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) de toda a equipe, bem como os comprovantes de vínculo profissional e as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART/RRT) dos serviços de supervisão e gerenciamento.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. Considerando o Mapa estratégico 2023-2028 (Anexo I), a reconstrução na UOP Água Boa está diretamente relacionada do Objetivo Estratégico relacionado a logística e infraestrutura: "Prover recursos, infraestrutura e soluções tecnológicas inovadoras". Entretanto, ressalta-se que indiretamente, relaciona-se com praticamente dos os outros objetivos, pois instalações físicas adequadas permitem que os servidores desenvolvam suas atividades de forma eficiente.

13.2. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anuais de 2025, id 40.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1 Pretende-se com essa contratação, obter os seguintes benefícios:

- Garantia da correta execução do projeto e de suas especificações;
- Qualidade da obra de construção;
- Correta aplicação dos recursos do erário público;
- Uma vez concluída a obra como projetada, a potencialização do bem-estar, da motivação e do desempenho dos servidores;
- Fortalecimento da imagem institucional;
- Melhoria dos serviços oferecidos à sociedade e na formação policial;
- Modernização das redes de infraestrutura atendendo às normas vigentes;
- Bem-estar dos visitantes, funcionários e colaboradores;
- Indiretamente, geração de empregos.

14.2. Almeja-se que a obra da UOP Água Boa seja executada em total conformidade com os projetos executivos, sem aditivos desnecessários por falhas de fiscalização. O resultado esperado inclui a entrega de um 'As-Built' preciso, modelos BIM atualizados e um histórico documental completo que mitigue riscos de retrabalho ou prejuízo ao erário.

15. Providências a serem Adotadas

- Elaboração do Termo de Referência, Edital e anexos pertinentes;
- Capacitação de servidores em curso de fiscalização de obras e serviços de engenharia, visando preparar os fiscais técnicos e administrativos na gestão contratual.
- Utilizar, para julgamento das melhores propostas, a técnica e preço, tendo em vista que é uma fiscalização, supervisão e gerenciamento de obra de serviço com valor superior a R\$ 376.353,48;

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. No ambiente da Contratante, não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais diretos gerados pela presente contratação.

16.2 No ambiente da Contratada, a mesma deverá adotar, dentre outras, critérios e práticas de sustentabilidade a seguir descritos:

16.3.O objetivo é a efetiva aplicação de boas práticas sustentáveis nas licitações promovidas pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 14.133/2021, art. 6º da Instrução Normativa nº 1 /2010 da SLTI/MPOG (que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências).

16.4. Assim, a contratada deverá obedecer as disposições de caráter ambiental previstas nas instruções e normas supracitadas, especialmente as seguintes:

- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;
- Efetivar práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme as normas da ABNT NBR economizando energia, gás, e água;
- Realizar o recolhimento de todos os resíduos recicláveis descartados, de forma seletiva, em observância ao Decreto nº 5.940 /2006;

- Providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamentos disponibilizadas pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA n º 416, de 30/09/2009, e legislação correlata;
- Os veículos fornecidos deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA n º 1, de 11/02/1993, e n º 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA n º 18, de 06/05/1986, e n º 315, de 29/10/2002, e legislação correlata;
- Os materiais transportados deverão ser acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte;
- Os veículos que forem disponibilizados para execução do objeto da contratação pretendida deverão ser, no que couber, movidos por biocombustível ou, de forma simultânea, com este tipo de combustível e aqueles já usuais existentes no mercado;

16.5. Deve-se ainda observar o disposto no Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Justiça.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o decorrido neste ETP, para viabilizar a construção da UOP Boa Vista I (Água Boa), faz-se necessário também a contratação de empresa para realizar a fiscalização, supervisão e gerenciamento da obra. Portanto, é viável. A viabilidade desta contratação está condicionada à observância integral das especificações técnicas contidas no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, documento que integra este planejamento e que estabelece os parâmetros de qualidade, metodologias tecnológicas (BIM e Drone) e sanções técnicas específicas para garantir a conformidade da entrega.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HELDER REGIS SANTOS

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 12/02/2026 às 14:16:34.